



Como as IFRS podem desvendar os nossos segredos económicos nos Estados Unidos.

Gestor de projecto  
Bertrand RENY

Colaboradores  
Pierre BAILLET  
Martin PASQUIER  
Bertrand TERREUX

## Conteúdo

Introdução .....	3
O que é a informação financeira .....	4
O valor estratégico da informação financeira .....	4
As principais diferenças entre os sistemas contabilísticos francês e anglo-saxónico .....	4
IFRS: a transição da informação contabilística para a informação estratégica .....	6
Como funcionam as IFRS .....	6
Aplicação das IFRS (Apêndice 4.1) .....	6
O impacto da Sarbanes-Oxley no sector financeiro dos EUA .....	8
O PCAOB .....	8
Normas para obrigar à apresentação de relatórios .....	8
O PCAOB como barreira à entrada de empresas de auditoria não americanas .....	9
A viragem para a arena política .....	10
O NSC (Conselho de Segurança Nacional) .....	10
A SEC .....	10
O DoT (Departamento do Tesouro) .....	11
A Lei Patriótica dos EUA .....	12
O que é a Lei Patriótica dos EUA .....	12
Um clima de suspeição entre a comunidade de informação dos EUA e a economia .....	12
Conclusão .....	16
Lista de anexos .....	17
Anexo 1: Lista das empresas francesas cotadas nos Estados Unidos. ....	18
Anexo 2: Lista das empresas de auditoria das empresas do CAC40 .....	19
Apêndice 3: Os quatro ramos do tratamento do terrorismo no DoT .....	20
Anexo 4: Mapeamento das partes interessadas nas IFRS .....	21
Apêndice 5: Mapeamento do ciclo de informação estratégica .....	22
Apêndice 6: Acrónimos .....	23

## **Introdução**

As IFRS (International Financial Reporting Standard) alteraram o panorama financeiro europeu.

Propostas por iniciativa dos americanos, que não as aplicam, estão agora a ser aplicadas na Europa como normas internacionais de contabilidade.

A ideia de harmonizar as normas contabilísticas em resposta à globalização do comércio é necessária.

No entanto, esta ideia não está isenta de influências poderosas.

A norma IFRS, cuja aplicação e funcionamento nos propomos rastrear, assemelha-se, de facto, a um cavalo de Tróia americano.

O verdadeiro perigo para as empresas europeias vem antes do agregado normativo composto pelas IFRS, a lei Sarbanes-Oxley 2 (SOX02) e o Patriot Act.

Com efeito, as normas IFRS obrigam as empresas a comunicar informações estratégicas, a lei Sarbanes-Oxley permite ao PCAOB alargar as suas investigações fora dos Estados Unidos para obter essas informações estratégicas, enquanto a lei Patriot obriga as instituições financeiras, como o PCAOB, a transmitir informações aos serviços secretos, sem que estes possam avisar os seus clientes ou protestar!

Trata-se, portanto, de uma verdadeira armadilha normativa que está actualmente em vigor.

Mas antes de compreender a importância da agregação destas três normas, é preciso explicar primeiro o lugar estratégico da informação financeira no mundo.

## **O que é a informação financeira**

### **O valor estratégico da informação financeira**

A informação financeira é utilizada a dois níveis<sup>1</sup>:

- Em primeiro lugar, no interior da empresa, como instrumento de medição e de gestão.

Com efeito, os decisores do conselho de administração baseiam a sua estratégia em informações financeiras provenientes da contabilidade, tais como as vendas num sector, os investimentos realizados e o fluxo de tesouraria líquido.

Por conseguinte, um decisor que disponha de informações distorcidas sobre a sua empresa pode ser levado a efectuar escolhas estratégicas erradas.

É por isso que a informação financeira é essencial para eles.

- Em segundo lugar, nos mercados financeiros para obter capitais. Para atrair investidores, as empresas publicam os seus resultados financeiros, que são depois analisados por analistas e agências de notação.

Quanto melhores forem as conclusões dos analistas e das agências de notação, maiores serão as hipóteses de a empresa obter capitais nos mercados bolsistas.

Assim, existem duas categorias de pessoas no mundo financeiro:

- Os fornecedores de informação que criam informação, ou seja, a própria empresa, os auditores, a imprensa financeira, os analistas, os bancos de investimento e as agências de notação.

- Os consumidores finais que exigem informações, como os investidores, os credores e os trabalhadores.

A transparência total da informação financeira é, por conseguinte, necessária.

É a única forma de garantir o correcto funcionamento dos mercados financeiros.

Antes das IFRS, a fim de preservar um equilíbrio justo entre os intervenientes, o legislador francês tinha desenvolvido um sistema contabilístico eficaz cujos princípios eram radicalmente diferentes do sistema anglo-saxónico.

### **As principais diferenças entre os sistemas contabilísticos francês e anglo-saxónico.**

Antes das IFRS, a contabilidade francesa pretendia ser um retrato exacto dos activos de uma empresa.

Fornece uma declaração exacta dos passivos, dos compromissos e da capacidade da empresa para os recuperar. Para o efeito, aplicava várias regras, três das quais em oposição às anglo-saxónicas.

- O princípio da prudência, que consiste em ter em conta todas as perdas prováveis.

<sup>1</sup> A dominação americana pelos sistemas de regulação da economia de mercado, Comandante Emmanuel TRINQUET, Colégio Conjunto de Defesa, Março de 2007

Por exemplo, se uma empresa tivesse dúvidas sobre um dos seus créditos comerciais, tinha o dever de constituir uma provisão contra esse crédito, ou seja, de antecipar um eventual incumprimento.

- O conceito de custo histórico, que implica o registo dos activos ao seu custo de aquisição.

- A amortização contabilística, ou seja, a tomada em consideração do desgaste do bem, foi fixada pelo legislador.

A título de exemplo, um edifício é amortizado em 50 anos, ou seja, perde 1/50 do seu valor todos os anos e, por conseguinte, o seu valor contabilístico será de 0 euros em 50 anos.

Assim, a visão francesa visava sobretudo assegurar a transparência para os credores da empresa, em detrimento do investidor que via o valor do seu património subavaliado.

Em contrapartida, a visão anglo-saxónica visava, e continua a visar, medir a riqueza criada para o accionista. A empresa pode assim efectuar uma gestão estratégica do resultado.

Para o efeito, são utilizadas as regras seguintes:

- Princípio do justo valor. Os activos da empresa não são registados pelo seu valor histórico, mas pelo seu valor de mercado.

Um edifício adquirido por um milhão de euros pode ser avaliado de forma diferente no ano seguinte, em função do preço de mercado do imóvel.

- Os períodos de amortização são fixados pela empresa e não pelo legislador.

Estes dois princípios implicam uma avaliação da empresa de acordo com o seu valor de mercado, o que resulta numa maior volatilidade do seu preço. Além disso, a fim de justificar os montantes contabilísticos, a empresa deve fornecer mais informações sobre os seus activos, incluindo informações estratégicas.

No antigo sistema francês, para capitalizar a construção de uma fábrica no seu balanço, era necessário apresentar todas as facturas geradas pela construção.

Actualmente, segundo as IFRS, os custos são irrelevantes. Uma fábrica é avaliada em função dos lucros que irá obter nos anos futuros.

Para o provar, basta justificar os cálculos previsionais, apresentando provas de contratos futuros, que constituem informação estratégica.

## **IFRS: a passagem da contabilidade para a informação estratégica.**

### **Como funcionam as IFRS.**

As normas IFRS, que até à data só se aplicam às sociedades cotadas europeias, afastam-nos da contabilidade francesa e aproximam-nos da contabilidade anglo-saxónica.

Assim, o princípio do "justo valor" foi adoptado e os activos são avaliados de forma diferente.

Consequentemente, as empresas têm de fornecer mais informações para justificar os seus cálculos de avaliação.

Os custos de investigação e desenvolvimento, que dizem respeito à inovação da empresa e, por conseguinte, ao seu futuro, são também dissecados da mesma forma.

Para os avaliar, os financiadores devem provar os montantes investidos, explicar a sua utilização e demonstrar que terão benefícios comerciais futuros.

A empresa deve responder às seguintes questões:

- Quais são os processos de inovação?
- Qual é a estratégia comercial da empresa?
- Quem serão os seus clientes?

Todas estas informações são de carácter estratégico, pois dizem respeito ao futuro da empresa.

Se um concorrente a obtivesse, as consequências seriam dramáticas.

Para além da empresa, as únicas entidades com acesso a esta informação são os auditores.

No entanto, sem pôr em causa a sua independência, é importante recordar que 100% das empresas do CAC 40 são auditadas por empresas anglo-saxónicas! (ver Anexo 2)

### **Implementação das IFRS (Anexo 4)**

Uma panorâmica histórica da implementação da norma IFRS permite-nos demonstrar a lógica de influência que esta envolveu.

Num contexto de globalização, as empresas necessitam de normas financeiras e contabilísticas comuns para facilitar a procura de novos financiamentos.

Se cada país mantiver as suas próprias normas, uma empresa não terá visibilidade nos mercados financeiros estrangeiros e, por conseguinte, não poderá desenvolver-se para além de um determinado limiar.

Nos anos 70, a Europa tentou, em vão, impor normas comuns.

As resistências nacionais impediram a sua concretização e a Comissão Europeia cedeu, propondo uma norma comum, mas deixando aos seus Estados-Membros a possibilidade de manterem os seus próprios sistemas.

Foi então acordado que a produção de uma norma comum deveria ultrapassar o quadro regional europeu para ser mais eficaz.

A partir daí, uma dezena de Estados, entre os quais a França e os Estados Unidos, criaram em 1973 o IASC (International Accounting Standards Committee).

O seu objectivo era impor, a nível mundial, as melhores práticas contabilísticas, retiradas das experiências dos diferentes países.

Em 1982, o IASC foi reconhecido pela profissão contabilística internacional como o único organismo de normalização a nível mundial.

No entanto, continuavam a existir bloqueios e a IASC recebeu ordens da Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) para implementar normas no prazo de três anos. A IOSCO é a federação das bolsas de valores do mundo e está sob a influência da maior bolsa de valores do mundo, a Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos.

Em 1999, o IASC transformou-se para evitar pressões políticas. O comité que dirigiu esta reestruturação era presidido pelo presidente da SEC, Arthur Lewitt, e pelo presidente dos membros, Paul Volcker, antigo director do Sistema da Reserva Federal. Em 2001, o IASC foi substituído pelo International Accounting Standards Board (IASB).

É financiado por uma filial de uma "fundação autónoma" com sede em Norwalk, DL.

É, por conseguinte, independente dos governos, contrariamente aos organismos nacionais de normalização, que estão geralmente sob o controlo administrativo do governo, mas não é "neutro" porque é financiado a 70% pelas quatro grandes empresas (Ernst & Young, KPMG, Deloitte e PricewaterhouseCoopers).

Em 2002, a Comissão Europeia, após o fracasso da normalização interna, decidiu confiar esta tarefa a um terceiro: o IASB.

A Presidência francesa de 2002 impôs o quadro IAS-IFRS para as empresas cotadas a partir de 1 de Janeiro de 2005.

No entanto, há um problema que se mantém até hoje.

As IAS-IFRS só são aplicáveis na Europa e não nos Estados Unidos! Os EUA mantêm os seus US GAAP.

Pior ainda, durante alguns anos, as contas IFRS não foram reconhecidas nos EUA.

Os europeus tiveram de rectificar as suas contas IFRS em US-GAAP (United States Generally Accepted Accounting Principles).

Assim, as IFRS, cuja natureza da informação é muito mais estratégica, são fruto dos anglo-saxónicos e só são impostas na Europa.

Foram introduzidas ao mesmo tempo que a lei Sarbanes-Oaxley.

### **As consequências da lei Sarbanes-Oaxley para o mundo financeiro americano.**

Na sequência do caso Enron, que levou à falência da empresa de auditoria Arthur Andersen e à aplicação da lei SOX02, foi criado em Julho de 2002 nos Estados Unidos um organismo de controlo dos auditores, o PCAOB (Public Accounting Oversight Board). Board).

## O PCAOB

O PCAOB tem por objectivo proporcionar um enquadramento para a auditoria das contas. É o equivalente ao CNCC em França (Compagnie Nationale des Commissaires aux Comptes).

O presidente e os membros são nomeados pela SEC. A origem dos seus membros pode, por vezes, parecer surpreendente.

Com efeito, entre os seus membros conta-se um certo William H. Webster, antigo director do FBI (1978-1987) e da CIA (1987-1991). Foi membro do PCAOB de 2002 a 2007<sup>2</sup>.

Os seus conhecimentos em matéria de auditoria permanecem, até hoje, desconhecidos...

No entanto, durante o seu mandato, teve alguns contratemplos com o caso Webster. Fazia parte da direcção do PCAOB e, ao mesmo tempo, era administrador de uma empresa (US Technologies). Foi acusado de fraude e teve de se demitir da direcção do PCAOB.

### **Normas para a elaboração de relatórios.**

O PCAOB fornece um quadro para a realização da auditoria<sup>3</sup>.

Durante a auditoria externa, a empresa conduz a investigação e pode ter acesso a todas as informações que considere relevantes para o seu estudo.

Ao relacionar esta norma com a Secção 105 da Lei SOX, o PCAOB tem poderes de investigação sobre as empresas de auditoria e as empresas auditadas.

Além disso, o PCAOB é um organismo que centraliza as informações das sociedades de auditoria. Graças à Lei SOX, tem o direito de inspeccionar os dados pessoais dos administradores das sociedades, os ficheiros altamente confidenciais utilizados para realizar a auditoria, incluindo os das filiais<sup>4</sup>.

2 <http://rr0.org/org/us/ic/cia/index.html>

3 Ambassade de France aux Etats-Unis daté du 23 mars 2004 ; « Normes comptables et standards d'audit : synthèse de l'activité récente du PCAOB et de la SEC » ; Jacques Mistral.

4 Intelligence online daté du 3 décembre 2004 ; « L'enjeu diplomatique des audits » ;

[www.intelligenceonline.fr](http://www.intelligenceonline.fr)

2 <http://rr0.org/org/us/ic/cia/index.html>

3 Embaixada francesa nos Estados Unidos, de 23 de Março de 2004; "Accounting and auditing standards: summary of recent PCAOB and SEC activity"; Jacques Mistral.

4 Intelligence online de 3 de Dezembro de 2004; "L'enjeu diplomatique des audits";

[www.intelligenceonline.fr](http://www.intelligenceonline.fr)



O facto de o PCAOB estar a pedir informações sobre as filiais pode dar-lhes acesso a informações financeiras sobre empresas fora dos EUA. Tanto mais que as Big Four estão equipadas com redes informáticas que facilitam a obtenção de registos das suas filiais estrangeiras sem que os empregados se apercebam.

Por exemplo, a empresa-mãe americana da Ernst & Young tem acesso aos ficheiros da Ernst & Young France através da rede informática sem que os auditores franceses se apercebam disso. Isto constitui um perigo para a empresa estrangeira cotada nos EUA, porque vê a sua informação estratégica e a das suas filiais serem estudadas por uma agência governamental estrangeira. Recorde-se que existem 27 sociedades francesas cotadas nos Estados Unidos.

Assim, o governo americano tem acesso às informações das 27 empresas francesas que compõem o CAC 40. (Ver Anexo 1)

Podemos interrogar-nos sobre a dimensão estratégica da auditoria e alarmar-nos com a ameaça que representa o monopólio das empresas de auditoria americanas, tanto mais que estas têm acesso a todos os movimentos de fundos, que reflectem a actividade e as opções de desenvolvimento de uma empresa.

### **O PCAOB como barreira à entrada de sociedades de revisores oficiais de contas não americanas**

As sociedades de auditoria estrangeiras podem requerer o seu registo junto do PCAOB se estiverem significativamente envolvidas na auditoria ou análise de sociedades cotadas nos EUA<sup>5</sup>.

Deve salientar-se, contudo, que as empresas americanas nos Estados Unidos recorrem principalmente a sociedades de auditoria americanas. Quando abrem uma filial no estrangeiro, utilizam igualmente a rede de sociedades de auditoria americanas no estrangeiro. Trata-se de um privilégio de que as empresas europeias não dispõem. Basta consultar a lista das sociedades que efectuam a auditoria das empresas do CAC 40 para verificar que 99% são anglo-saxónicas (ver Anexo 2).

É por esta razão que a secção 106 da Lei SOX constitui uma barreira à entrada no mercado da auditoria, a fim de assegurar o monopólio das empresas de auditoria americanas em território americano.

O PCAOB sabe que as sociedades de auditoria americanas fornecerão todas as informações solicitadas, pelo que pretende impedir a entrada de novos operadores no mercado.

No entanto, o PCAOB não pode fechar completamente o mercado, pelo que regulamentou as empresas de auditoria não americanas, impondo-lhes três regras:

5 Ambassade de France aux Etats-Unis daté du 28 mars 2003 ; « La mise en œuvre de la loi SarbaneOxley du 30 juillet 2002 » ; Jacques Mistral.

5 Embaixada francesa nos Estados Unidos, de 28 de Março de 2003; "La mise en œuvre de la loi Sarbane-Oxley du 30 juillet 2002"; Jacques Mistral.

- Uma empresa de auditoria estrangeira tem de provar que está a violar uma lei local se não quiser divulgar determinadas informações ao PCAOB.

Note-se que as normas profissionais não são abrangidas pelo âmbito de aplicação das normas locais e, além disso, a existência de tal lei local não permitirá que as empresas evitem dar o seu consentimento escrito para cooperar com o PCAOB.

O controlo do PCAOB sobre a recolha de informações e o seu desejo de se tornar a entidade reguladora internacional do mundo da auditoria são evidentes.

- No que diz respeito à divulgação de documentos ao PCAOB, as empresas de auditoria serão julgadas em função do facto de fornecerem ou não os documentos solicitados.

São livres de obter ou não o consentimento prévio dos seus clientes para a divulgação, mas em qualquer caso não poderão evitar a responsabilidade com base na recusa dos seus clientes.

- As sociedades de auditoria americanas que têm sociedades de auditoria estrangeiras como parceiras ao abrigo das normas do PCAOB têm de demonstrar que essas sociedades parceiras estrangeiras estariam de facto a violar uma lei local ao fornecerem as informações solicitadas pelo PCAOB.

Mas porquê limitar o acesso das empresas de auditoria estrangeiras ao mercado dos EUA quando o principal objectivo do PCAOB é estabelecer normas para melhorar a transparência financeira? transparência financeira?

#### **A passagem para a arena política.**

O conluio das instituições financeiras com as instituições de segurança é uma prática comum em todo o Atlântico.

A título de exemplo, recordamos que um dos membros fundadores do PCAOB é nada mais nada menos que William H. Webster, antigo director do FBI e da CIA, que foi substituído por Mark Olson. Mas existem outras ligações com outras instituições financeiras...

#### **O NSC (Conselho de Segurança Nacional).**

**O Secretário do Tesouro é membro do Conselho de Segurança Nacional (NSC).** Este conselho está encarregue de assistir o Presidente dos Estados Unidos nas políticas de segurança nacional, nos assuntos externos e na coordenação das várias agências de informação. Assim, é mais fácil compreender o objectivo desta mistura a priori barroca, que é o de partilhar todas as informações relativas à segurança dos Estados Unidos, quer essas informações sejam de origem nacional ou internacional.

Mas a dificuldade continua a ser saber o que significa para os americanos a expressão "segurança nacional".

Sob o pretexto da segurança, é possível partilhar um certo número de informações, participando assim na partilha de conhecimentos úteis para as empresas estratégicas americanas.

## **A SEC.**

Em 2003, a SEC sublinhou no seu sítio Web a importância da sua cooperação com certos serviços de segurança americanos. Foi iniciada uma investigação por violação da lei Sarbanes-Oxley, de 30 de Julho de 2002, contra um antigo sócio da empresa de auditoria Ernst and Young que tinha alterado e destruído documentos de auditoria. A SEC explicou que "estas investigações ilustram o elevado nível de empenhamento e de cooperação entre o FBI, a SEC e a Procuradoria-Geral dos Estados Unidos na acção penal vigorosa contra estes indivíduos."<sup>6</sup> Além disso, um antigo porta-voz da SEC reconheceu que a SEC trabalhou em estreita colaboração com o DOJ, o Departamento do Tesouro e o FBI<sup>7</sup>.

## **O DoT (Departamento do Tesouro).**

Dentro do Departamento do Tesouro, há vários outros exemplos que apoiam a tese das ligações entre instituições financeiras e agências de informação.

Por exemplo, Michele Davis é a Secretária Adjunta para os Assuntos Públicos e Chefe de Contacto do Departamento do Tesouro.

Concebe estratégias de comunicação para promover a compreensão pública das actividades e serviços do Departamento do Tesouro.

Dirige-se aos meios de comunicação social, a grupos empresariais, a grupos de consumidores e a outras agências governamentais<sup>8</sup>.

Note-se que estas agências não são mencionadas.

O que é que é tão sensível que estas agências públicas, que operam com o dinheiro dos contribuintes dos EUA, não são mencionadas?

Esta comunicação enigmática do Departamento do Tesouro é, sem dúvida, uma lição aprendida com o escândalo causado pela divulgação, pelo Washington Post e pelo New York Times, do caso "Swift" (Society for Worldwide Interbank Financial

Telecommunication)<sup>9</sup>.

A CIA tinha obtido informações desta empresa, que fornece serviços de mensagens para a troca segura de informações sobre transferências de pagamentos entre bancos, mas que "apenas" gere informações sobre essas transferências. O mais interessante é que a Casa Branca qualificou de "traição" a divulgação efectuada pelos dois jornais americanos. Excepto que a traição nasce sempre da confiança... Além disso, no Departamento do Tesouro, existem 4 departamentos relacionados com o terrorismo e um outro relacionado com a rede de repressão da criminalidade financeira (ver Anexo 3), cujo poder foi consideravelmente reforçado pelo Patriot Act!

6 <http://www.sec.gov/news/press/2003-123.htm>

7 "The SEC has oversight responsibility regarding the NYSE, and we are also working with Justice, Treasury, and the FBI, having set up professional point men at each firm we are looking at -- so we don't have to reinvent the wheel every time we call a company [related to the attacks] to get an answer to a question" – John Nester, SEC press spokesman.

[http://www.fromthewilderness.com/free/ww3/12\\_06\\_01\\_death\\_profits\\_pt1.html](http://www.fromthewilderness.com/free/ww3/12_06_01_death_profits_pt1.html)

8 <http://www.treas.gov/organization/bios/davis-e.htm>

9 Article des Echos du 21 juillet 2006 intitulé « Swift : comment l'agence fédérale a intercepté des données bancaires ».

## **A Lei Patriótica dos EUA**

### **O que é o USA Patriot Act?**

Após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, o USA Patriot Act foi introduzido para combater o terrorismo.

Na altura, o governo americano concedeu-lhe um período de vida de quatro anos. Mas foi votada a sua renovação no ano passado.

A terceira parte desta lei é dedicada à "lei de 2001 sobre a redução do branqueamento internacional de capitais e o financiamento antiterrorista".

Está dividida em 77 secções, que vão da 301 à 377, que estabelecem várias medidas para melhorar a luta contra o terrorismo e o branqueamento de capitais, especialmente quando estão envolvidos elementos estrangeiros.

Para ajudar as agências de informação dos EUA, permite-lhes recolher legalmente informações pessoais e comerciais sobre americanos e estrangeiros.

Do mesmo modo, obriga as instituições financeiras a fornecerem informações ao Departamento do Tesouro sobre diversas empresas cujas actividades possam estar estreitamente ou remotamente ligadas ao terrorismo.

Por último, estas instituições têm o dever de transmitir as suas informações, mas são obrigadas a fazê-lo de forma confidencial e a não avisar os seus clientes (ver secção 314). Qualquer pessoa que viole estes princípios pode ser objecto de um processo judicial por terrorismo.

Uma vez que o PCAOB é uma instituição financeira que responde directamente ao DoT através da SEC, é legítimo colocar as seguintes questões

- Que tipo de informação fornece o PCAOB e é possível controlar este fluxo de informação das empresas de auditoria para o Tesouro?
- Os serviços secretos têm acesso directo a todos os ficheiros das sociedades de auditoria anglo-saxónicas?

Até à data, não existe qualquer prova em contrário e tudo é feito para que esses fluxos de informação, caso existam, não sejam revelados ao público!

### **Um clima de suspeição entre a comunidade de informação dos EUA e a economia**

No seu relatório "Inteligência Económica, Competitividade e Coesão Social", o deputado Bernard CARAYON já o recordava em 2003:

"A importância - para dizer o mínimo - dos serviços de informações nos países anglo-saxónicos e nos Estados Unidos, onde atraem e retêm os melhores dos seus jovens estudantes e investigadores, deve ser sublinhada.

Os serviços de informações estão estreita e desavergonhadamente entrelaçados com outras administrações públicas e empresas, nomeadamente as que têm por missão aconselhar, auditar, segurar, investir e inovar. 40 a 50% dos seus recursos são mobilizados pela informação económica "10

Com efeito, em Março de 2000, o antigo director da CIA de 1993 a 1995, James WOOLSEY, declarou oficialmente no Wall Street Journal que os serviços secretos americanos tinham efectivamente espiado empresas europeias por suspeitarem que eram corruptas<sup>11</sup>. Embora possamos duvidar da legitimidade destas acções, podemos ter a certeza de que os serviços secretos espiam as empresas europeias.

Para corroborar a proximidade entre as empresas de auditoria e os serviços de informações, vale a pena recordar o caso "Dallas Public School "<sup>12</sup>, em que a empresa de auditoria KPMG e o FBI trabalharam em conjunto. Mike WILSON, um executivo da KPMG de Houston, declarou publicamente sobre a transferência de informações para o agente do FBI Dave GILLIS que "passámos-lhe muitas informações

Este caso é anterior ao USA Patriot Act. Este caso é anterior ao USA Patriot Act, que reforçou consideravelmente o acesso dos serviços secretos à informação financeira. Daí a seguinte questão: - O que é que se passa com a troca de informações entre as empresas de auditoria e os serviços de informações?

Do mesmo modo, o GAO (Government Accountability Office) apresentou um relatório<sup>13</sup> em 2005, no qual explicava que os executivos do sector bancário se queixavam da aplicação do feedback previsto na Secção 326 "programa de identificação de clientes" e na Secção 314 "partilha de informações".

De facto, os pedidos de informação vão para além dos casos de ameaça grave.

O USA Patriot Act, inicialmente previsto para um período de quatro anos, foi renovado por George W. Bush em 9 de Março de 2006<sup>14</sup>. Esta renovação foi objecto de um debate aceso, nomeadamente sobre a questão do acesso dos serviços secretos a dados confidenciais e comerciais.

No início de 2007, o Vice-Presidente dos Estados Unidos, Dick CHENEY, confirmou uma informação do New York Times<sup>15</sup>. Tanto o Pentágono como a CIA, cujas actividades deveriam normalmente ter lugar fora dos Estados Unidos, solicitaram informações financeiras a bancos e instituições financeiras no território americano.

10Rapport : Intelligence économique, compétitivité et cohésion sociale, député Bernard CARAYON, juin 2003, la Documentation française.

11We spy on you Europeans because you are corrupt, Robert TAIL, The Scotsman, 18 mars 2000

12The perfect crime ; DISD crooks continue to elude an FBI probe, Jim SCHUTZE, New Times Inc, 28 novembre 1999

13DOL issues advisory opinion regarding in-kind investments in bank-maintained collective investment funds, Goodwin Procter LLP, 14 juin 2005

14<http://www.whitehouse.gov/infocus/patriotact/>

15Collecte aux USA d'informations financières sur des Américains et étrangers, Agence France Presse, 14 janvier 2007

Para eles, a recolha de informações faz parte da sua missão e o Patriot Act permitiu-lhes "recolher informações de forma mais agressiva", de acordo com o Pentágono.

Do mesmo modo, uma investigação realizada pelo Departamento de Justiça em Março de 2007<sup>16</sup> revelou que o FBI utilizou indevidamente o Patriot Act.

Nos últimos três anos, o FBI solicitou 143 074 cartas de segurança sobre dados de clientes para a comunidade empresarial.

Além disso, a auditoria revelou 8.850 pedidos não referenciados na base de dados do FBI, o que sugere que estas informações foram utilizadas para fins externos ao FBI.

Com que objectivo? Talvez para as necessidades de um executivo americano que pretende obter informações sobre um concorrente estrangeiro?

**Estes dois exemplos levantam dúvidas sobre a correcta condução dos pedidos de informação, nomeadamente no sector empresarial.**

Os serviços de informações, agindo com total opacidade, uma vez que ninguém pode mencionar os pedidos feitos, têm rédea solta para as suas acções. Estas acções são descobertas quando se trata de informações sobre americanos. Mas podemos perguntar-nos se as instituições estariam tão dispostas a expor abertamente as transferências de informações sobre empresas não americanas. É claro que se poderia pensar que tais acções se limitariam a empresas com ligações a terroristas. E, portanto, os europeus não têm nada a temer...

O problema é que a SEC e o CSP (Center for Security Policy) elaboraram uma lista de empresas acusadas de colaborar com Estados patrocinadores do terrorismo, como a Alcatel-Lucent, o BNP Paribas, a Technip, a Total e uma dezena de outras empresas europeias (Siemens, ENI SPA, etc.) e asiáticas (PetroChina, Hyundai, etc.)<sup>17</sup>.

Esta lista foi mesmo objecto de um relatório intitulado "desinvestir o terror", publicado no sítio Web dos CSP<sup>18</sup>.

Para além deste relatório, o CSP acusou também outras empresas, como a EADS, de relações com terroristas...

Portanto, a lista não se limita a este relatório!

O CSP já se tinha distinguido anteriormente com uma lista denominada "dúzia suja", na qual acusava empresas de colaborarem com terroristas<sup>19</sup>.

16 FBI misused Patriot Act; audit finds, Richmond Times Dispatch, 10 mars 2007

17 Les sociétés présentes en Iran sous la pression de Washington, La tribune, 11 avril 2007

18 <http://www.centerforsecuritypolicy.org/home.aspx?sid=56&categoryid=56&categoryid=57&wsid=11567>

19 <http://www.centerforsecuritypolicy.org/home.aspx?sid=56&categoryid=56&categoryid=57&wsid=11957>

É igualmente surpreendente ver a SEC, uma instituição estatal, a trabalhar em colaboração com um dos lóbis do complexo militar-industrial dos EUA para elaborar esta lista! E que este mesmo lobby tenha um grande número de conselheiros que trabalharam em todas as agências e instituições militares do país<sup>20</sup>.

20 <http://www.centerforsecuritypolicy.org/Home.aspx?CategoryID=47&SubCategoryID=50>

## Conclusão

Em conclusão, não pretendemos afirmar que os Estados Unidos estejam a espiar empresas europeias ou mesmo mundiais através de empresas de auditoria.

No entanto, seria interessante conhecer a cadeia de acontecimentos que se desenrola quando um lobby como o CSP acusa uma empresa estrangeira de terrorismo, sabendo que :

- As IFRS exigem que as empresas europeias valorizem a sua empresa com informações estratégicas sobre as suas inovações e clientes.
- A lei SOX 02 permite ao PCAOB controlar as informações das filiais estrangeiras das empresas cotadas nos Estados Unidos através de empresas de auditoria anglo-saxónicas
- 100% das empresas do CAC 40 são auditadas por empresas anglo-saxónicas e que a ligação entre os EUA e a França a ligação entre os Estados Unidos e a França é feita directamente por computador.
- O USA Patriot Act alarga o campo de acção dos serviços secretos americanos e permite-lhes solicitar informações a todas as instituições financeiras americanas (PCAOB, SEC, empresas de auditoria, etc.) sem que estas possam informar os seus clientes. E que há muitas repercussões...

A partir daí, poderia ser pertinente pôr em prática um princípio de precaução.

Trabalhar com fornecedores, clientes ou parceiros americanos não é prejudicial e segue a liberalização dos mercados.

Mas abrir a porta dos segredos estratégicos e tecnológicos das empresas a uma firma americana pode ser um risco, se amanhã pessoas mal intencionadas interferirem nessa brecha.

Sabendo que os americanos se certificaram de que não correm o mesmo risco.

Por fim, talvez não seja por acaso que o Governo francês tenha decidido aplicar este princípio de prudência a certas operações que anteriormente eram confiadas a empresas anglo-saxónicas.



## Lista de anexos

Apêndice 1: Lista das empresas francesas cotadas nos Estados Unidos.

Anexo 2: Lista das empresas de auditoria das empresas do CAC40

Apêndice 3: Os quatro ramos do tratamento do terrorismo no DoT

Apêndice 4: Mapeamento das partes interessadas nas IFRS

Apêndice 5: Mapeamento do ciclo de informação estratégica

Apêndice 6: Acrónimos

## Listes des annexes

Annexe 1 : Liste des sociétés françaises cotées aux Etats-Unis.

Annexe 2 : Liste des cabinets de commissariat aux comptes pour les sociétés du CAC40

Annexe 3 : Les quatre branches de traitement du terrorisme au DoT

Annexe 4 : Cartographie des parties prenantes aux IFRS

Annexe 5 : Cartographie sur le cycle de l'information stratégique

Annexe 6 : Les sigles

Anexo 1: Lista das empresas francesas cotadas nos Estados Unidos.

Annexe 1 : Liste des sociétés françaises cotées aux Etats-Unis.

Les entreprises françaises cotées aux Etats-Unis (source : <i>Boursorama</i> )			
AIR FRANCE KLM	EDF	PERNOD RICARD	SUEZ
AIR LIQUIDE	ESSILOR	PPR	THOMSON
ALCATEL LUCENT	FRANCE TELECOM	PUBLICIS	TOTAL
AXA	GDF	RENAULT	VEOLIA
BNP	LVHM	SANOFI-AVENTIS	VINCI
CREDIT AGRICOLE	LAFARGE	SCHNEIDER	VIVENDI
DANONE	PEUGEOT	STMICROELECTRONIC	

Apêndice 2: Lista das sociedades de auditoria para as empresas do CAC40

Annexe 2 : Liste des cabinets de commissariat aux comptes pour les sociétés du CAC40

Société	Commissaire A					Commissaire B				
	Cabinet 2006	Audit 2006	Audit 2005	Autres 2006	Autres 2005	Cabinet 2006	Audit 2006	Audit 2005	Autres 2006	Autres 2005
ACCOR	E&Y	2,7	2,7	0,1	0	Deloitte	8,6	9,1	0,3	0,5
AGF	KPMG	8,4	10,5	0,4	1,1	E&Y	2,9	4,9	0,4	0,1
AIR LIQUIDE	E&Y	4,832	6,481	0,707	1,403	Mazars	2,443	1,829	0,027	0,223
ALCATEL	Deloitte	11,519	7,564	0,172	0,31	E&Y	8,361	4,979	0,301	0,061
ALSTOM	E&Y	9,9	11,8	0,4	0,5	Deloitte	8,8	8,2	0,4	0,6
AXA	PWC	54,134	32,601	4,717	3,984	Mazars	5,185	4,635	0,266	0,247
BNP	Deloitte	9,013	9,528	1,729	0,464	PWC	11,385	11,55	0,645	0,552
BOUYGUES	Mazars	4,445	3,578	-0,024	0,041	E&Y	3,03	3,214	-0,011	0,105
CAP GEMINI	KPMG	2,893	2,649	0,965	0,681	PWC	3,776	4,122	2,685	1,2
CARREFOUR	Deloitte	5,21	4,717	0,166	0,702	KPMG	5,672	5,362	0,083	0,119
CREDIT AGRICOLE	E&Y	18,298	10,617	0,266	0,026	PWC	17,036	14,519	0,152	0,129
DANONE	PWC	9	6,8	1	1,2	Mazars	3,2	2,7	0	0
DEXIA	PWC	7,996	7,456	1,477	2,21	Mazars	3,001	2,59	0,019	0,161
EADS	KPMG	6,811	6,949	1,402	1,152	E&Y	5,489	6,086	0,384	0,281
EDF	Deloitte	7,826	11,033	0,708	1,032	KPMG	5,919	5,039	0,149	0,12
ESSILOR	PWC	3,061	3,345	0,435	0,11	Dunq	0,265	0,274	0	0
FRANCE TELECOM	Deloitte	24,4	22,9	0	0	E&Y	28	24,8	0,1	0,3
GAZ DE FRANCE	Mazars	4,611	3,639	0,028	0,016	E&Y	6,474	4,178	0,427	0,409
LAFARGE	Deloitte	13,5	23,4	0,8	2,5	E&Y	7,4	0,3	0,2	0
LAGARDERE	Mazars	4,026	3,66	0,176	0,174	E&Y	4,928	3,731	0,477	0,045
L'OREAL	PWC	6,241	6,323	0,306	0,36	Deloitte	5,577	4,835	0,179	0,344
LVMH	E&Y	9,823	10,362	1,079	1,263	Deloitte	6,264	5,751	0,367	0,222
MICHELIN	PWC	3,983	4,108	0,451	0,454	Corentise	0,324	0,351	0,043	0
PERNOD RICARD	Mazars	N/A	N/A	N/A	N/A	Deloitte	N/A	N/A	N/A	N/A
PEUGEOT	PWC	8,9	9,3	0	0	Mazars	1,9	1,8	0	0
PFR	KPMG	3,98	3,54	0,23	0,112	Deloitte	4,24	3,82	0,835	0,725
RENAULT	E&Y	6,36	6,151	0,12	0,382	Deloitte	6,159	6,645	0,658	0,646
SAINT GOBAIN	PWC	11,3	10,6	0	0,1	KPMG	10,8	9	0	0
SANOFI AVENTIS	PWC	16,4	13,7	0,1	0,4	E&Y	15,7	14,3	0,2	0,9
SCHNEIDER	Mazars	5,16	3,878	0,14	0,136	E&Y	9,198	7,28	0,245	0,249
SOCIETE GENERALE	E&Y	13,745	12,52	0,26	0,434	Deloitte	11,741	12,217	0,003	0,066
SUEZ	E&Y	19,16	13,352	0,218	0,518	Deloitte	29,242	19,513	0,904	1,514
THOMSON	KPMG	7,631	11,022	0,082	1,48	Mazars	4,894	2,356	0	0
TOTAL	KPMG	19,9	20,8	1,2	1,1	E&Y	20,9	16,2	1,3	1,5
VALLOUREC	E&Y	0,317	1,398	0,096	0,007	Deloitte	0,708	0,247	0	0
VEOLIA	KPMG	21,7	19,7	0	0	E&Y	20,1	16,9	0	0
VINCI	Deloitte	8,6	8,5	0,1	0,1	KPMG	8	7	0,1	0,1
VIVENDI	E&Y	10,9	9,4	0,1	0,1	KPMG	4,7	7,7	0,4	0
Total		386,675	356,571	20,106	24,551		302,311	258,023	12,238	11,418

E&Y : Ernst & Young

PWC : PricewaterhouseCoopers

Source AMF: [http://www.amf-france.org/documents/general/7841\\_1.pdf](http://www.amf-france.org/documents/general/7841_1.pdf)

Annexe 3 : Les quatre branches de traitement du terrorisme au DoT  
Terrorism & Financial Intelligence :

Under Secretary [Stuart Levey](#)

Assistant Secretary for Terrorist Financing [Patrick M. O'Brien](#)

Deputy Assistant Secretary for Terrorist Financing and Financial  
Crimes [Daniel Glaser](#)

Terrorism & Financial Intelligence-Intelligence and Analysis

Assistant Secretary for Intelligence and Analysis [Janice B.  
Gardner](#)

Deputy Assistant Secretary for Intelligence and Analysis Howard  
Mendelsohn

Deputy Assistant Secretary for Security Charles Cavella

Terrorism & Financial Intelligence-Office of Foreign Assets  
Control

Director [Adam J. Szubin](#)

Terrorism & Financial Intelligence-Executive Office for Asset  
Forfeiture

Director Eric Hampl

Celle concernant le réseau d'exécution des crimes financiers est :  
Financial Crimes Enforcement Network (FinCEN)

Director [James H. Freis, Jr.](#)

Anexo 3: Os quatro ramos de tratamento do terrorismo no DoT  
Terrorismo e Informações Financeiras :

Subsecretário [Stuart Levey](#)

Secretário Adjunto para o Financiamento do Terrorismo [Patrick M.  
O'Brien](#)

Subsecretário Adjunto para o Financiamento do Terrorismo e Crimes  
Financeiros [Daniel Glaser](#)

Terrorismo e Informações Financeiras - Informações e Análises

Secretária Adjunta para a Informação e Análise [Janice B. Gardner](#)

Subsecretário Adjunto para a Inteligência e Análise [Howard  
Mendelsohn](#)

Secretário-Adjunto Adjunto para a Segurança [Charles Cavella](#)

Terrorismo e Informações Financeiras - Gabinete de Controlo dos  
Bens Estrangeiros

Director [Adam J. Szubin](#)

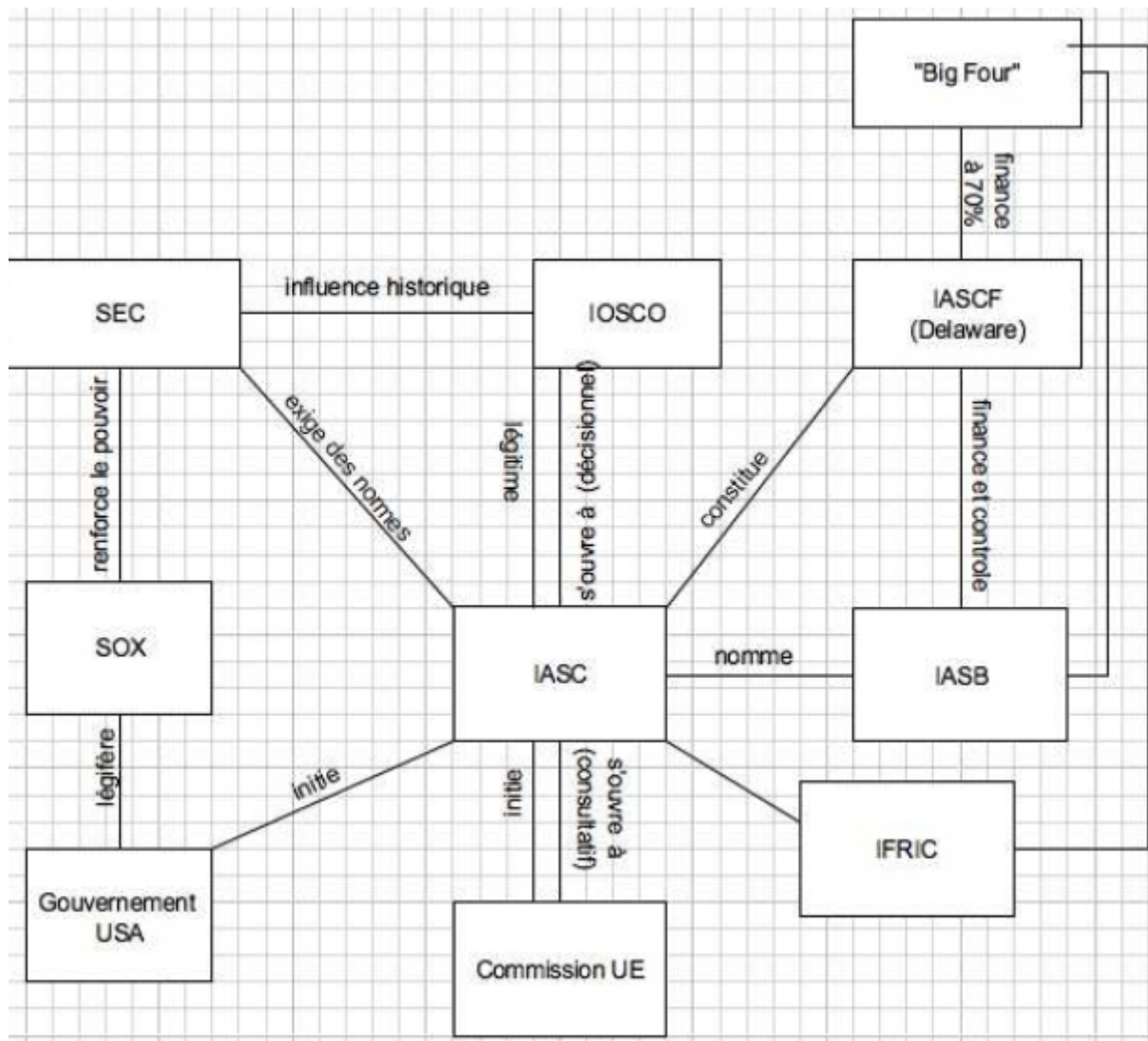
Terrorismo e Informações Financeiras - Gabinete Executivo para a  
Confiscação de Bens

Director [Eric Hampl](#)

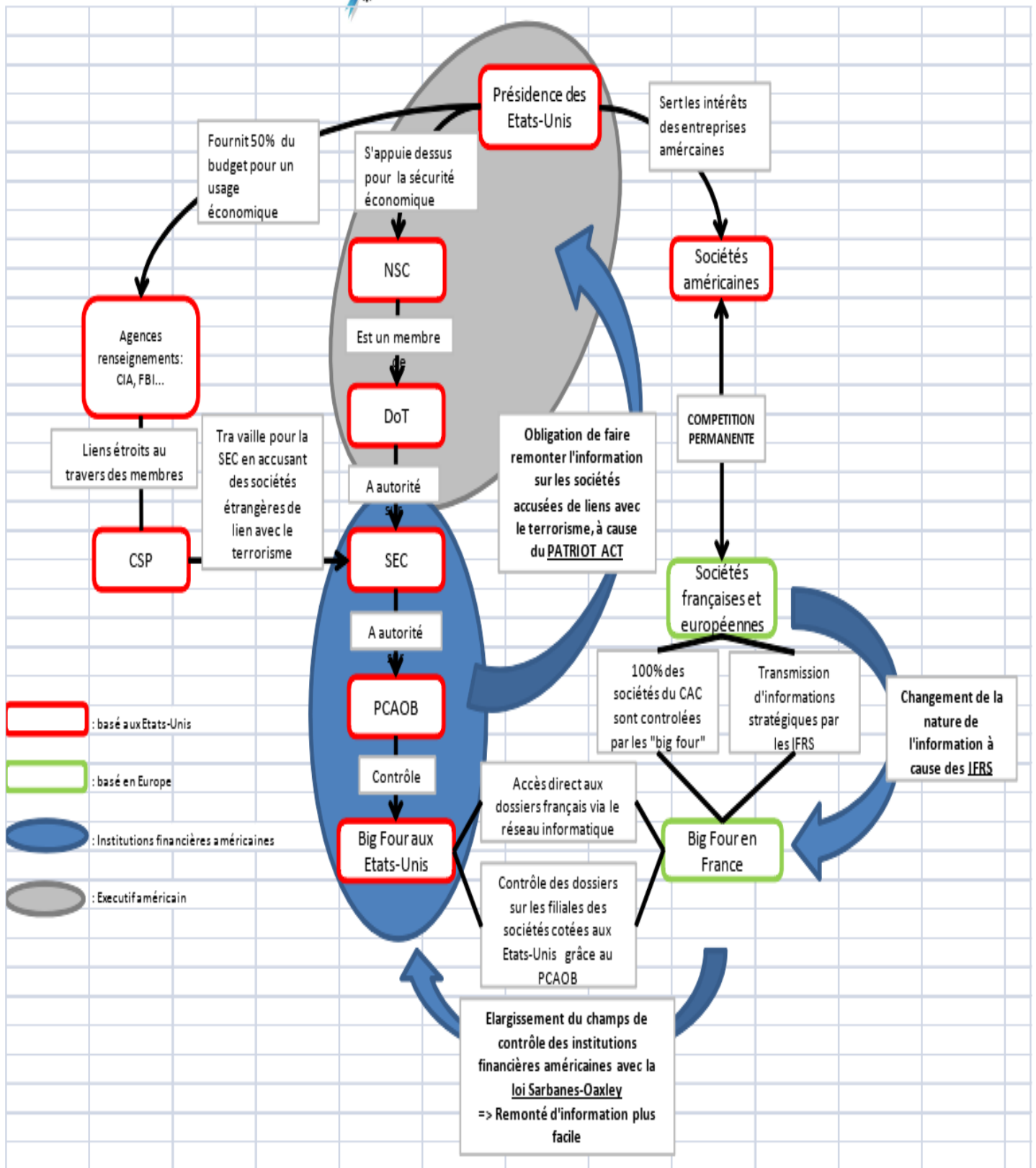
No que respeita à rede de execução de crimes financeiros, é :  
Rede de Execução de Crimes Financeiros (FinCEN)

Director [James H. Freis, Jr.](#)

Apêndice 4: Identificação das partes interessadas nas IFRS  
 Annexe 4 : Cartographie des parties prenantes aux IFRS



Anexo 5: Mapeamento do ciclo de informação estratégica  
 Annexe 5 : Cartographie sur le cycle de l'information stratégique



Anexo 5: Mapeamento do ciclo de informação estratégica  
Annexe 5 : Cartographie sur le cycle de l'information stratégique

### Presidência dos Estados Unidos

#### COLUNA ESQUERDA

50% do orçamento para uso económico

Agências de informação CIA, FBI, ...

Ligações estreitas através dos membros

CSP

- Trabalha para a SEC acusando empresas estrangeiras de ligações terroristas

#### CENTRO DE COLUNA

Confiam nele para a segurança económica

NSC

É membro

DoT

Tem autoridade

SEC

Tem autoridade

PCAOB

Controlo

Quatro Grandes nos EUA

- Obrigação de informar sobre as empresas acusadas de ligações ao terrorismo, devido à Lei PATRIOT
- Acesso directo aos ficheiros franceses através da rede informática
- Controlo dos ficheiros das filiais de empresas cotadas nos Estados Unidos, graças ao PCAOB
- A lei Sarbanes-Oxley alarga o âmbito do controlo das instituições financeiras americanas => maior facilidade de informação

#### COLUNA DIREITA

Serve os interesses das empresas americanas

Empresas americanas

CONCORRÊNCIA PERMANENTE

Empresas francesas e europeias

100% das empresas do CAC são controladas pelas Quatro Grandes

Transmissão de informação estratégica através das IFRS

As quatro grandes em França

- Mudança na natureza da informação devido às IFRS

Annexe 6 : Les sigles

IAS : International Accounting Standards  
IFRS : International Financial Reporting Standard ou Normes Internationales d'Information Financière  
FASB : Financial Accounting Standards Board  
PCAOB: Public Accounting Oversight Board  
CNCC : Compagnie Nationale des Commissaires aux Comptes  
IASC : International Accounting Standards Committee  
IASB : International Accounting Standards Board  
SEC : Security and Exchange Commission  
FBI : Federal Bureau of Investigation  
CIA : Central Intelligence Agency  
IOSCO: International Organization of Securities Commissions  
FED: Federal Reserve System  
US GAAP: United States Generally Accepted Accounting Principles  
NSC: National Security Council  
DoT: Department of Treasury  
GAO : Government Accountability Office  
CSP: Center for Security Policy)

Anexo 6: Os sinais

NIC : Normas Internacionais de Contabilidade  
IFRS : Normas Internacionais de Relato Financeiro ou Normas Internacionais de Informação Financeira  
FASB: Conselho de Normas de Contabilidade Financeira  
PCAOB: Conselho de Supervisão da Contabilidade Pública  
CNCC: Direcção Nacional dos Comissários de Contas  
IASC: Comité das Normas Internacionais de Contabilidade  
IASB: Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade  
SEC: Comissão de Segurança e Câmbio  
FBI : Serviço Federal de Investigação  
CIA : Agência Central de Inteligência  
IOSCO: Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários  
FED: Sistema de Reserva Federal  
US GAAP: Princípios contabilísticos geralmente aceites nos Estados Unidos  
NSC: Conselho de Segurança Nacional  
DoT: Departamento do Tesouro  
GAO: Government Accountability Office (Gabinete de Responsabilidade Governamental)  
CSP: Centro de Política de Segurança)